

Manuel A última viagem do capitão de longo curso



Série O que eles deixaram no manicómio (III) Um ano depois de ter sido internado no Manicómio Bombarda, Manuel de Avelar Rodrigues consegue que lhe devolvam a caneta de tinta permanente. Com ela escreverá centenas de linhas sobre a sua viagem a bordo do *Angra*. Pode uma travessia de barco enlouquecer?

Por **Catarina Gomes** texto e **Paulo Porfírio** fotografias

A série O que eles deixaram no manicómio Há oito anos, saíram do primeiro hospital psiquiátrico português, o Miguel Bombarda, em Lisboa, os seus últimos 24 “habitantes”. O fecho pôs fim simbólico à era dos manicómios no país. Mas esses homens e mulheres não foram os últimos a deixar o hospital. No sótão do edifício principal ficou ainda, durante meses, uma caixa de cartão com objectos pessoais de antigos doentes. Nunca reclamados. Um bilhete de identidade cosido à mão. Uma caixa com ponteiros de relógio. Um passaporte de um capitão de longo curso. Várias fotografias a preto e branco onde aparece muitas vezes um homem franzino. Que vidas tiveram os seus donos?



Quando era criança, Manuel fugia das aulas. Mesmo com a escola primária ao pé de casa, mesmo com “a criada” que os pais mandavam para o “acompanhar”, conseguia escapar-se. “Metia-se em qualquer barco que encontrasse livre (fosse ele de quem fosse) e ia para o alto-mar sem temer coisa nenhuma. (...) Voltava molhado e cheio de frio.” Outras vezes, não aparecia à hora das refeições em família, porque andava pelos campos “aos ninhos”. Acontecia-lhe dormir “em palheiros e casas em ruínas”. “A casa, chegava sempre satisfeitíssimo com as suas aventuras.”

A forma como a irmã mais velha de Manuel de Avelar Rodrigues descreve a sua infância faz com que Manuel me surja como uma espécie de Tom Sawyer de São Martinho do Porto, o Atlântico na vez do Mississipi. Endiabrado e livre.

A sua irmã preferiu usar a expressão “desordem de conduta” para falar aos médicos do Manicócio Bombarda de episódios como estes. No seu processo clínico, a infância traçada pela irmã – “criança sempre muito difícil de educar”, “amigo de divertimentos”, lê-se nas notas clínicas – figura sob o título de “personalidade pré-psicótica”.

O que restou da vida de Manuel de Avelar Rodrigues dentro do antigo hospital psiquiátrico foram palavras dentro de cartas. Muitas cartas. Todas elas aborrecidas. Mesmo muito aborrecidas. Mais ainda quando, no início, não sabemos, qual é afinal “o assunto”, “o caso”, “a questão” que as invade a todas. No entanto, o autor das monótonas linhas teve, a condizer com a sua infância, tudo menos uma vida enfadonha.

Com 13 anos, Manuel tinha já sido castigado pelo pai a dar uma volta ao mundo. Com 17 encontrava-se sozinho dentro de um barco a ir ao fundo ao largo de Paraiba. Chegaria a capitão de longo curso no Brasil. Mas terminaria os seus dias encerrado em terra, preso a uma viagem que nunca mais o deixaria fazer-se ao mar. Pode uma viagem de barco enlouquecer?

Como Vasco Moscoso de Aragão

Na caixa de cartão com objectos pessoais de antigos doentes do Manicócio Bombarda, Manuel tem sobretudo cartas (a um primo, a um sobrinho, ao advogado). Também tem o cartão

de um alfaiate, recortes de jornais e de um desenho. Mas é o passaporte brasileiro o centro de gravidade dos seus haveres.

O que chama a atenção no documento não é a fotografia do português naturalizado brasileiro, o seu porte distinto, o fato de bom corte, o bigode trabalhado, nem o facto de ser cego do olho esquerdo – é a sua profissão. O autor das cartas era, à data do passaporte (1926), “Capitão de longo curso”.

O nome soa poético. O cargo não existe em Portugal. A função equivalente, o topo da carreira, tem a mais burocrática designação de “capitão da marinha mercante”.

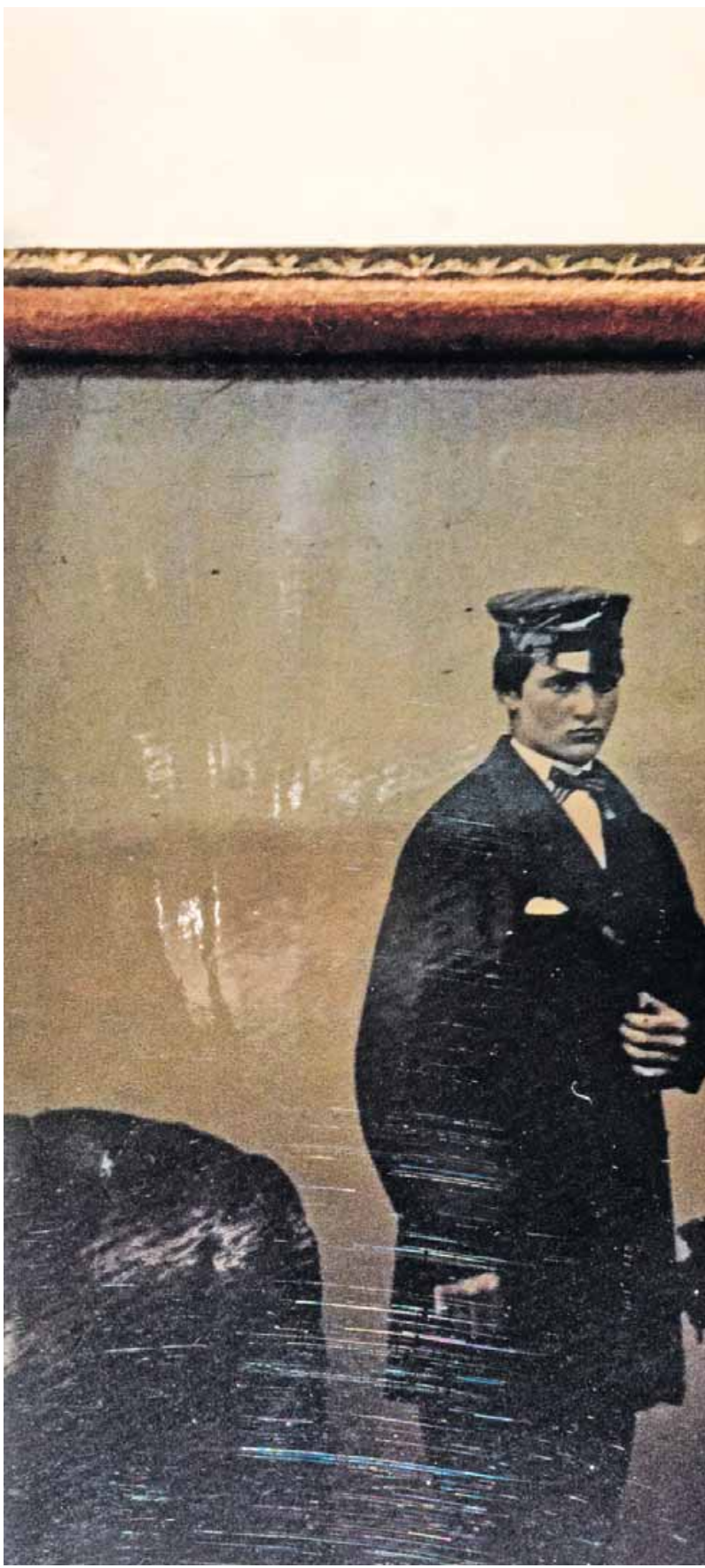
Capitão de longo curso soava-me, além de poético, familiar. Lembra-me de o ter visto num título, talvez de um livro. Assim é. Em *Os Velhos Marinheiros ou A Completa Verdade sobre as Discutidas Aventuras do Comandante Vasco Moscoso de Aragão, Capitão de Longo Curso*, Jorge Amado conta a história de um homem com o mesmo cargo de Manuel de Avelar Rodrigues, a viver quase na mesma altura: o capitão de ficção nasce em 1868, o de carne e osso em 1883; também no tempo de vida estão próximos, o homem inventado morreu com 82 anos, o real com 80.

O livro de Amado é também sobre o poder encantatório que um capitão de longo curso, como Vasco de Aragão, pode ter sobre os que o rodeiam, por ter, naturalmente, vivido muitas aventuras e poder partilhá-las.

É o contrário de Manuel, que, quando escreve as suas cartas – as de fora e as de dentro do manicócio –, já ninguém parece querer ouvir, ou ler. Isso vê-se nas respostas que recebeu quando ainda não tinha sido internado. Dentro do manicócio, nem respostas terá.

Mostram fastio. São mais curtas do que as suas cartas, alguns são pequenos postais, onde o interlocutor pede desculpa pelo atraso na resposta. Tentam sossegá-lo, dando-lhe notícia das “*démarches*” e “*diligências*” feitas no sentido de resolver o seu “caso”, mas o tom, embora cordato, é algo crispado. “Desejo que te convenças [de] que o facto de não responder prontamente às tuas cartas não significa nem desconsideração, nem desinteresse pelo assunto das tuas cartas”, escreve-lhe, por exemplo, o seu primo direito John Avellar George. Percebe-se que estão saturados das suas insistências e acusações.

Já ao capitão Vasco de Aragão, quase todos, a dada altura da sua vida, queriam sorver-lhe





as palavras, no sítio para onde se tinha mudado, Periperi: “Sentava-se numa cadeira na calçada, juntavam-se a ouvi-lo contar as suas aventuras do mar.” “Assim, pela tarde, viu-se rodeado, na sala de estar, de enorme grupo a beber-lhe o saboroso relato de suas aventuras. (...) Idosas senhoras abandonavam o *tricot* e o *crochet*, na emoção da narrativa.”

“Escravo do dever”

A irmã de Manuel, Cândida de Avelar Rodrigues, contou aos médicos como algo parecido acontecia, em tempos, com o seu irmão, e que essa atracção acontecia sobretudo com as senhoras: “Exercia uma poderosa fascinação sobre as mulheres.”

No entanto, nunca se casou. A irmã, que é chamada ao hospital para atestar da veracidade dos relatos de Manuel, critica-lhe a inconstância. “Só teve aventuras fáceis. Nunca teve uma relação séria e durável.” “Uma das vezes que veio a São Martinho”, recorda, até “namorou uma rapariga da terra, a quem pediu casamento”. “Teve um grande entusiasmo, mas depois voltou para o Brasil e nunca mais lhe escreveu nem lhe deu qualquer explicação.”

Já Manuel justifica aos médicos porque nunca quis ter “relações duráveis”: “Não queria perder a minha independência. Sempre fui escravo do dever.” E como a vida de mar não lhe dava recursos próprios regulares, “receava que ao lar pudessem faltar recursos.”

Manuel de Avelar Rodrigues fará toda a sua vida como oficial da marinha mercante no Brasil, servindo várias companhias. A irmã sublinha que sempre foi “delicado com toda a gente”, e que era tão “inteligente” e “competente” que cedo chegou a capitão de longo curso. E que “a sua maior distração consistia no trabalho e no cumprimento dos seus deveres”.

No Brasil, trabalharia para a Empresa de Navegação Salina, para a Companhia Nacional de Navegação Costeira, assim como para a empresa Lloyd Nacional, para a qual fez a sua última viagem. Mais habituado a fazer viagens de cabotagem, junto à costa brasileira, a Primeira Guerra Mundial atira-o para viagens mais distantes. Até àquela que o marcará para sempre.

A última viagem

A missão parecia descomplicada. O *Angra* era um pequeno navio – carregaria tapioca em farinha – que precisava de ser levado do Rio

Atracção pelo mar

Manuel de Avelar Rodrigues guardou o seu bilhete de barco de regresso a Portugal (em baixo), tendo dormido num beliche, em terceira classe. O jovem marinheiro retratado, à esquerda, era um antepassado do capitão de longo curso. Em cima, o navio *Cutty Sark*, cuja imagem é reproduzida num livro sobre a história da família Avellar. Esta emblemática embarcação chegou a ser comandada pelo pai de Manuel, José Alexandre Rodrigues

“

A irmã de Manuel contou aos médicos como, em tempos, o seu irmão ‘exercia uma poderosa fascinação sobre as mulheres’. Disse também que ele sempre foi ‘delicado com toda a gente’, que era ‘inteligente’ e ‘competente’

de Janeiro até ao porto francês de Le Havre. Faria escala em Recife e depois em Dakar (Senegal), para, no fim, ser vendido na cidade francesa.

Mas, a caminho, as coisas não correm como previsto. É muito difícil, apenas pelas suas palavras, perceber como foi extrema a travessia, como o levou ao limite. No hospital, “o barco do desastre” será tido como “o motivo desencadeante” do seu delírio: a gota de água de uma doença que já trabalharia em si. Mas Manuel envolve viagem tão decisiva em relatório jurídico e jargão de marinheiro. Nada transparece do que sentiu.

A doença mental com que Manuel virá a ser diagnosticado, e que levará ao seu internamento dez anos depois desta viagem, pode provocar “falta de intensidade afectiva”, levando a que a pessoa “descreva as experiências mais horríveis com alguma indiferença”. “Humor neutro”, escreverão os médicos.

Imagino o capitão de longo curso criado por Jorge Amado a narrar a mesma aventura, mas traduzida pelas suas palavras, a providenciar ao seu auditório “a emoção da narrativa”, a dar-lhe uma cor e uma vivacidade ausentes das palavras de Manuel.

Afinal, não é todos os dias que se é comandante de um navio que fica sem combustível em pleno Atlântico, arrastado por um temporal que acompanhou o barco desde o Rio até à linha do equador, e que obriga o capitão a tomar uma decisão, para se salvar a si, ao barco, à tripulação. Estava o *Angra* a 500 milhas de Dakar.

Também não é todos os dias que o capitão de um navio decide queimar tudo o que é madeira no barco que comanda, a esventrá-lo e a tornar até os seus mastros em lenha, em fogo, em carvão. E a conseguir levá-lo, apesar de despido, até onde era suposto, ao porto de Le Havre, onde o barco chega semidestruído, mas todos se salvam.

Se o capitão Vasco de Aragão tivesse no seu currículo a história do *Angra* decerto continuaria a encantar Periperi. Mas no livro de Jorge Amado acaba desacreditado, quando se descobre que nunca tinha pisado o tombadilho de um navio, que tinha forjado o título e inventado todas as suas façanhas marítimas para que o ouvissem. Para que gostassem dele.

Manuel teve aventuras de mar como a do *Angra*, mas é a fria história dessa viagem, que decorreu de Janeiro a Junho de 1924, que o vai afastar de todos os que o rodeiam. E dele mesmo.

“Um modelo a seguir”

Olhando para trás, verá a sua “deliberação em alto-mar” no *Angra*, a decisão de destruir o interior do barco, em vez de pedir socorro a um navio que passasse e o rebocasse, não como “um erro de navegação”, mas como uma prova do seu brilhantismo como marinheiro. Mais, “um modelo a imitar e a seguir”.

A empresa brasileira que o contratou terá, na sua versão, ajuizado o mesmo, tanto que até prometeu recompensá-lo pelo seu desempenho: doze mil libras de gratificação. Que nunca lhe foram pagas.

E aqui percebemos que “o assunto”, “o caso”, “a questão” que invade todas as suas cartas é o dinheiro que nunca chegou a receber pelo “retumbante sucesso da sua viagem” – as palavras são suas.

O Tribunal Marítimo de Le Havre terá ajuizado também que Manuel foi bom marinheiro, que cumpriu de forma escrupulosa as suas obrigações profissionais, reitera. Que abastecou o navio de carvão *Cardiff* o suficien- ➔

para chegar à costa africana, mas que o tempo consumiu mais do que era previsto. Não existe nos arquivos do tribunal francês qualquer notícia do processo ao qual alude Manuel e que lhe teria dado razão.

No Brasil, diz, aguardará dois anos pela tal justa gratificação. Mas nunca a receberá, por vários desencontros. Até que problemas de saúde o trazem de volta a Portugal para vir ao médico. Sofria de reumatismo. Nessa altura já tinha cegado do olho esquerdo por causa de um leucoma (uma lesão que torna a córnea opaca).

Outro dos objectos que restaram de si, na caixa de objectos pessoais de antigos doentes do Bombarda, é o bilhete de volta. Agora é passageiro, viaja num beliche de terceira classe. O passaporte de Manuel, de 28 de Junho de 1926, foi emitido para este regresso. Na página quatro lê-se: “Destino Portugal.”

Nem teatro nem festas

Quando chega a Portugal, São Martinho do Porto já não era a mesma. Tinham passado 21 anos desde a sua ida para o Brasil. Há-de ter achado a vila mudada. Ou talvez nem disso se tenha apercebido.

Regressa em plenos anos 1920. Agora havia muitos veraneantes, barracas de praia, casas para alugar. Tinham até aberto dois hotéis, o Parque e o Madrid. Estava-se em plena *Belle Époque*. Havia bailes e festas, ouvia-se jazz, descreve o livro *A Baía de S. Martinho do Porto – Aspectos Geográficos e Históricos*, de Virgínia Henriques.

Não fosse a morada de onde escreve, “Rua José Bento da Silva, n.º 21, São Martinho do Porto”, e nada nas cartas nos remeteria para o ambiente fervilhante que rodearia Manuel à época. A irmã diz que se manteve isolado. “Não se importou mais com divertimentos. Nem disso se lembrava: não voltou ao teatro, cinema ou qualquer festa.”

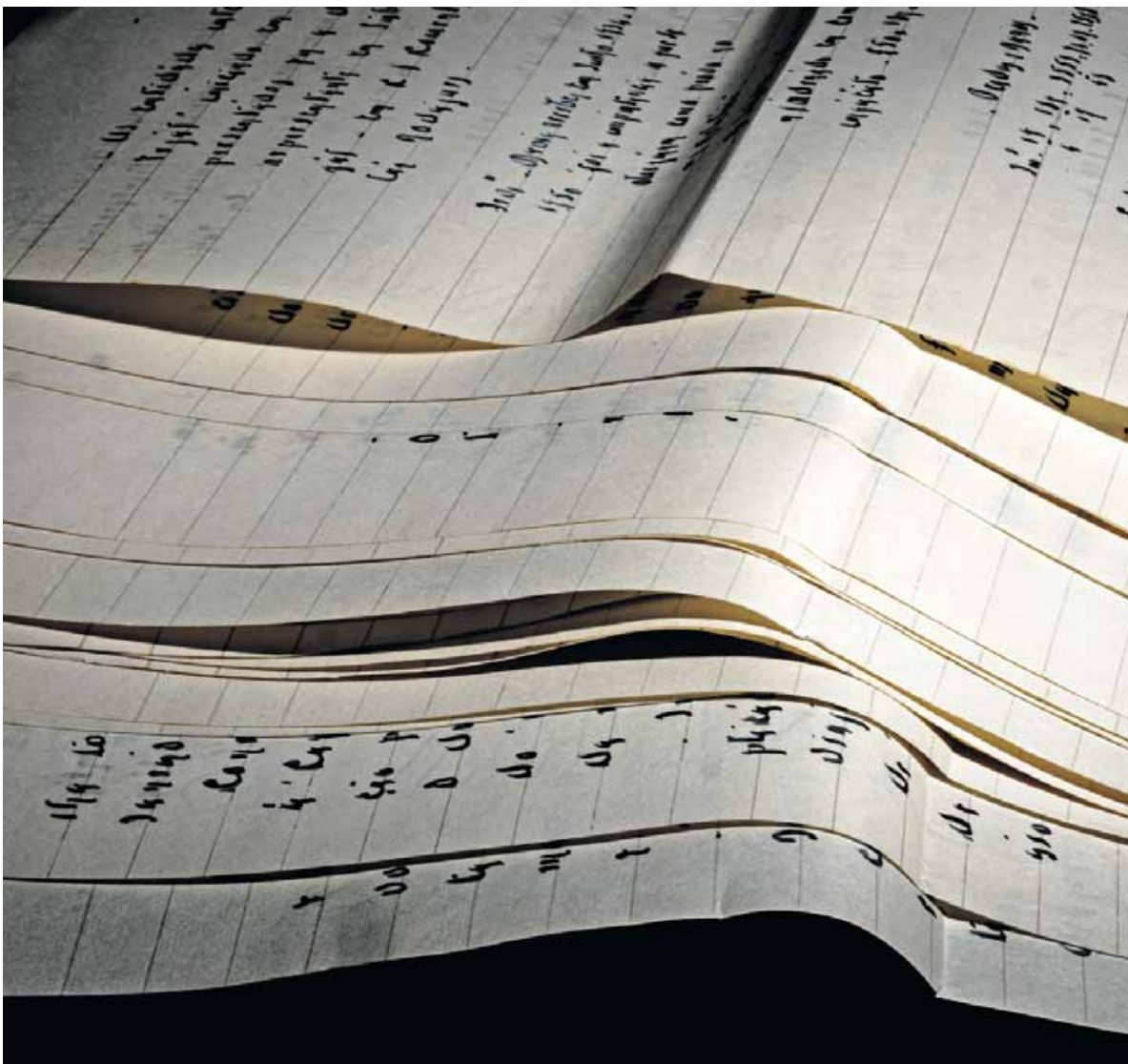
Vou perguntando pelos cafés da vila onde encontro mais movimento, como o Praia-Mar, por um antigo capitão chamado Manuel de Avelar Rodrigues (que assina sempre o seu apelido apenas com um “éle”), de quem mostro a fotografia do passaporte. Não ouviram falar nele. Mas Avelares, em São Martinho do Porto, são muitos. Basta ir reparando nas placas: “Rua Conde de Avelar”, “Rua Condessa de Avelar”. Terá alguém da família deste antepassado notícias da sua história de internamento no manicómio?

Na Rua Vasco da Gama, rente ao mar, há uma placa com lápide de pedra com mais Avelares: “Esta casa foi construída pelo honrado capitão de navios José Gomes de Avellar. Aqui nasceram em 1855 António Gomes de Avellar Benemérito da Pátria, Primeiro conde de Avellar e Virgílio de Avellar Arez Grande amigo da sua terra.” Ninguém atende nessa casa.

Circulando pelas ruas de São Martinho do Porto encontro também, junto à marginal, o médico que atestou “a alienação mental” de Manuel. Rafael Gagliardini Graça é um homem calvo com óculos enterrados no rosto. É busto de pedra.

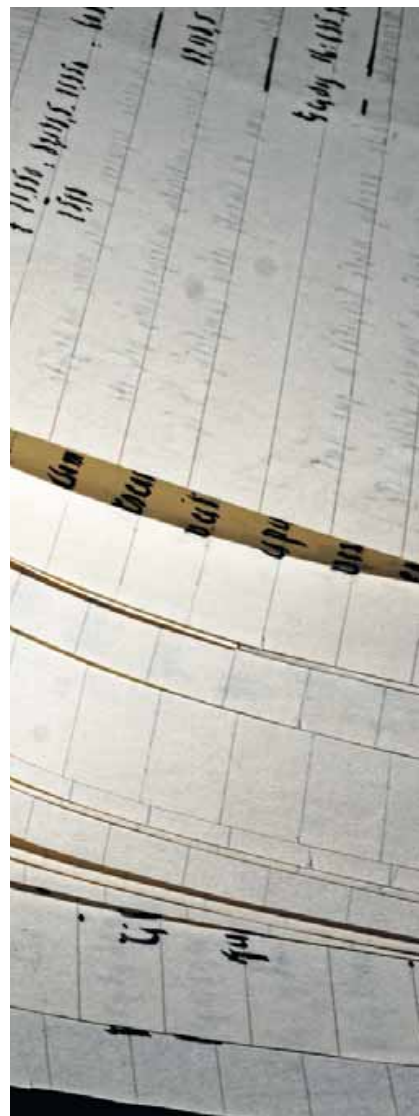
José Arez Romão é o dono da casa com a lápide na fachada, é advogado, vive em Lisboa, é um Avelar. Nunca ouviu falar de Manuel, que é um seu longínquo primo. Muito menos de um seu antepassado ter terminado os seus dias num manicómio. Mas reconhece bem o nome do pai de Manuel: José Alexandre Rodrigues.

Não há quem não o conheça na família. É um dos grandes orgulhos. O volume que se escreveu sobre a história da família, *Avellares – Seis Gerações ao Serviço do Desenvolvimento*



As cartas de um homem distinto

Manuel de Avelar Rodrigues escreveu centenas de linhas sobre a sua desventurada viagem no navio *Angra*, onde foi obrigado a queimar o recheio de madeira para conseguir chegar à costa de França. No passaporte brasileiro, ao lado e no topo, surge como “capitão de longo curso”. Já no manicómio, um doente desenhou Manuel com um ar distinto e um jornal atrás das costas, sinal de que se interessava pelo mundo além dos muros do Bombarda



do Brasil e de Portugal, abre com um quadro a óleo do *Cutty Sark*, por ter sido o navio que o ilustre antepassado – e pai de Manuel – comandou com bandeira portuguesa, entre 1895 e 1922, quando ainda se chamava *Barca Ferreira*. “José Alexandre Rodrigues foi um dos grandes comandantes da marinha mercante.”

“Os Avellares são tudo gente de mar.” Conto a José Arez Romão o que relatou a irmã de Manuel aos médicos no Bombarda, que desde pequeno Manuel se lançava ao mar. Era normal, nesse tempo, ver crianças tão pequenas embarcadas, explica o advogado.

Há uma espécie de figura tutelar do ramo marítimo da família. Chamava-se José Gomes de Avellar, era tio de Manuel e trisavô de Arez Romão. É o homem de patilhas brancas que ilustra a capa do volume familiar, da autoria de Ana Maria de Arez Romão e Júlio de Sousa Avellar.

O mar de São Martinho era a sala de aula, José Gomes de Avellar a escola. O tio de Manuel levava para o mar meninos com 10 a 12 anos e ensinava-lhes tudo que havia a saber sobre “a marinharia”, que passava desde içar velas, emendar, corrigir rumos, os ventos. “Embarcavam logo quando acabavam a primária.” Ensinou toda uma geração de homens de mar de São Martinho do Porto. Um dos seus mais

famosos aprendizes foi o pai de Manuel de Avellar Rodrigues.

“Em vez de irem para o liceu, iam para dentro de um barco. Era uma vida dura e violenta. Entravam depois nos barcos como grumetes, marítimos, imediatos.” Era um modo de ganhar a vida.

Dizia-se que, em São Martinho, quem não embarcava, ou emigrava para o Brasil ou para África, “só comia pão com sol”. “Em terra, os solos eram arenosos, apenas davam para pequena agricultura de subsistência”. Hoje a vila costeira (próxima de Alcoaça) é sinónimo de praia e férias, na altura “São Martinho do Porto era paupérrima”.

Conto-lhe como me custou a crer que Manuel se encontrasse sozinho, no Brasil, com apenas 17 anos, no meio de um navio a naufragar, como contou no hospital. José António Arez Romão, patriarca dos Avellares, sorri. Dá-me a ler uma carta:

“Meu filho Antônio, Dentro do baú acharás dois retratos teus. Um que darás à tua madrinha, se a vires alguma vez. O outro para ti.

Também acharás o Diploma de seres sócio da Beneficência o que Deus permita tu nunca dela precisares, e sim fazeres o que puderes por ela se conservar.

Faz por trabalhar que é a verdadeira carreira do homem e nunca te esqueças das orações que a tua boa mãe te ensinou.

Rio de Janeiro, 20/10/1866. Deste teu pai. Que a bênção te deita.”

O tio de Manuel, José Gomes de Avellar, capitão de navios, endereça a carta ao filho que decide deixar, à sua sorte no Brasil, sozinho – com 11 anos. Encontrar Manuel, sozinho, embarcado num navio aos 17 anos “é perfeitamente verosímil”, nota.

No fundo do mar

Manuel fala dessa sua primeira viagem sozinho aos médicos do Bombarda. De como se empregou como “praticante de piloto” num vapor brasileiro chamado *Alice*.

No artigo “Garimpendo a história – o vapor *Alice*”, na *Revista Mergulho*, de Maio de 2012, Maurício Carvalho fotografa o barco rodeado de peixes brancos de cauda amarela. Ao lermos a história de Alice, acompanhamos Manuel. O barco deixou o Recife a 25 de Junho de 1899 com destino a Mossoró, no Rio Grande do Norte, carregado de sal, refere o mergulhador e especialista brasileiro em naufrágios. A caminho, escalou em Paraíba para receber duas mil sacas de algodão. Mas, logo depois de deixar a barra, começou a meter água e os esforços do capitão Duarte de nada serviram. “Foi dada ordem de guinard de volta ao porto. Mas já nada havia a fazer” – a cerca de quatro milhas ao sul da Paraíba –, “o *Alice* afundava com a proa voltada para terra”.

“Quando não havia mais esperanças, o comandante e a tripulação passaram aos botes” e, após algumas horas a navegar, chegaram ilesos ao porto de Cabedelo, era meio-dia de 20 de Agosto 1899. Manuel seguia entre os salvados. Tinha 17 anos.

“Amigo John”. Três das seis cartas que Manuel escreveu de São Martinho do Porto, e que ficaram no Bombarda, são endereçadas a um primo seu, avô de Paula Fonseca George, a quem também pergunto se alguma vez ouviu falar de Manuel. De um capitão de longo curso que um dia enlouqueceu. Tal como Arez Romão, só conhece o pai, José Alexandre Rodrigues, porque comandou o *Cutty Sark*.

Mas vai tentar investigar, promete-me. Como filha mais velha, herdou o espólio da família. Incluindo o do avô das cartas. É jurista, tem 75 anos, está reformada, e está naquela fase da vida em que anda a ver se deixa o passado legendado.

“Se eu morro, as minhas filhas não sabem quem são estas pessoas.” A mãe morreu há alguns anos e Paula encontrou lá por casa de-

zenas de fotografias a preto e branco de antepassados presos a álbuns, alguns são desconhecidos. A meu pedido, procurou Manuel. Mostra-me algumas imagens. Esta é de um rapaz de 14 anos vestido de marinheiro, é outro tio de Manuel, mais tarde capitão de veleiros de longo curso: “Este retrato foi oferecido a sua mãe, nas vésperas de embarcar para a sua primeira viagem”, anota Paula. “Já viu, um grumetezinho. Coitado, com 14 anos, lá foi para o fim do mundo.” A frase podia ter sido dita sobre Manuel.

Castigado a viajar pelo mundo

Foi no edifício apalaçado, que hoje é a junta da freguesia mas no tempo de Manuel era escola primária, que começou a dar nota da sua pouca inclinação para os estudos. Era dali que fugia em qualquer barco que encontrasse livre. O pai não estava em casa, “andava sempre embarcado”; “a mãe não o contrariava em nada, tinha por ele um exagerado amor”, lembra a irmã. Manuel era o filho mais novo.

Num dos seus regressos, o pai acaba por o mandar estudar para um colégio interno em Lisboa. Onde aguentou um mês. “Uma manhã muito cedo fugiu do colégio e foi escondido a bordo de um navio.” O pai decidiu então ser mais radical. Iria castigá-lo levando o filho consigo numa longa viagem.

A “barca” onde José Alexandre Rodrigues levou Manuel chamava-se *Florinda*, conta no Bombarda. Os barcos também têm vidas. E quando mudam de dono são rebaptizados. Aqui *Florinda* é *Donne Castle*, um barco de 855 toneladas ancorado no porto de Liverpool. É 3 de Fevereiro de 1894, o pai de Manuel está na cidade para o comprar, refere o processo do Arquivo Histórico da Marinha. O que bate certo com as datas que Manuel forneceu no hospital.

Cada vez que encontro documentos oficiais que corroboram Manuel empolgo-me, porque vou confirmando o que contou no manicómi. Há nessa minha alegria uma culpa, porque é como se o seu diagnóstico de loucura tivesse o poder de desmentir tudo o que conta sobre a sua própria vida, e todos os seus relatos pudessem ser lidos como meras elaborações da sua mente doente. É o que fazem os médicos: ouvem-no e comparam com o que lhes diz a irmã, que atesta, muitas vezes com menos pormenores do que ele, que os viveu, os factos principais da biografia de Manuel.

Será então na barca *Florinda* que Manuel, aos 13 anos, fará a sua primeira grande viagem, em 1896. “Fui até Moçambique. Fui pela África Ocidental, Oriental e América do Norte.”

“Meu pai era o comandante e, desesperado por eu não ter ficado no colégio, dizia: – Este cavaleiro, a bordo, será o tripulante mais inferior, até a nossa mascote, a *Brizetú* (uma cadelinha) será tratada por ele, por *D. Brizetú*.” A viagem duraria quase 18 meses. Manuel gostou do castigo.

Marinheirinhos

Há muitas fotografias de crianças trajadas “de marinheirinhos”, nos álbuns de Paula Fonseca George, mesmo nas gerações que já ficaram em terra, como o rapazinho da imagem que me mostra e que se tornou advogado. A vida de mar tornou-se “o elemento aglutinador” da família.

O casal de ar distinto, a senhora de espartilho muito apertado, ele de casaco comprido, são mãe e pai de Manuel. O rosto do pai, José Alexandre Rodrigues, lembra as feições do filho, o seu bigode. A imagem está legendada: →

Comandou o *Cutty Sark*.”

Há histórias de família que passam de geração em geração. Algumas vão ficando rarefeitas. Em algumas nem se acredita.

Desde pequena que Paula Fonseca George sempre ouviu dizer que um seu bisavô se pas-seava por São Martinho montado num cavalo branco. Era criança, “não me atrevia a dizer que não acreditava”, mas achava-a “algo fantástica”. Quando lhe calharam a ela as fotografias, lá estava ele, capitão da marinha, montado no seu cavalo branco. “Era verdade.”

Também sempre se contou a história de um destes homens de mar se ter lançado à água para salvar um passageiro que caiu borda fora, um emigrante minhoto que não sabia nadar. Os tubarões rondavam-nos. Reza a história que na aventura, passada há 150 anos, este Avelar até perdeu um dedo grande (não se sabe se do pé direito ou o esquerdo). Desta história restou prova material. Como a do cavalo branco.

O minhoto terá agradecido a salvação com o apito de ouro que levava num fio. O minúsculo objecto viajou até José Azevedo Romão, que o guarda numa pequenina caixa para jóias.

Há outras histórias de família que não chegam a passar para a geração seguinte. Como se tradição oral familiar fosse porosa para umas histórias e impermeável a outras. As histórias de famílias, como todas as histórias de vida, são também edições, mais ou menos involuntárias. E há antepassados que ficam presos no tempo em que viveram. Como Manuel.

Depois do meu pedido, Paula Fonseca George traz-me a imagem de um outro homem que entrou pelos seus álbuns: cabelo negro, bigode encaracolado nas pontas, garboso. “Quando arrumei a fotografia, fiz estas notas: ‘Deve ser o irmão da prima Cândida’; ‘Solteiro’; ‘África’. Mais nada.” Foram os únicos dados, vagos, que chegaram até si sobre este homem: que nunca e casou; e que teria passado por África? Vivido em África? Ou morrido por lá? Não se sabia. Tem uma dedicatória: “Aos meus queridos tios. São Martinho, 7/11/1909.” É Manuel de Avelar Rodrigues aos 26 anos.

Paula conheceu de perto a irmã de Manuel, Cândida. Que nunca lhe falou no irmão hospitalizado no Bombarda. O internamento de Manuel foi feito “a requerimento” do pai, o capitão José Alexandre Rodrigues, que na altura tinha 80 anos e morreria três anos depois, e com “termo de responsabilidade” da irmã.

Cerca de um quarto dos internamentos no Bombarda nos primeiros cem anos da sua história (1849-1948) são a “requerimento da família”. Durante mais de um século – os primeiros psicofármacos eficazes só surgiram na década de 1950 – o manicómio surgia como a única solução para a doença mental. “Se os asilos curavam, era o dever da sociedade pô-los nessas instituições”, escreve Roy Porter em *Social History of Madness*.

Paula Fonseca George não crê que tenha sido vontade da prima ocultar a existência do irmão que admite, à época, talvez fosse incómodo para a família. Terá mais que ver com a natureza do relacionamento, era uma senhora bastante mais velha, Paula uma jovem de uns 20 anos. As conversas entre as duas nunca iam além de “conversas de sala, divertidas”.

Ao saber por mim do destino deste seu primo longínquo, em grau e no tempo, Paula Fonseca George diz: “Acho muito bem que recuperem a vida dele. Sempre tive muita ternura por estes meus antepassados. Tenho curiosidade e uma certa ternura, por ser uma pessoa desconhecida na família.”

Na vez seguinte em que falamos, reparo que a folha A4 onde tem impressa a árvore da família teve um acrescento, que destoa dos res-

“Durante muitos anos, pouco importou aos médicos o discurso dos loucos. Quando escreviam, a psiquiatria partia do pressuposto de que as suas palavras não tinham significado”
Roy Porter



tantes porque é o único escrito a lápis. Junto ao nome de Manuel de Avelar Rodrigues colocou entre parêntesis “Rilhafoles”. Foi como sempre ouviu chamar o Bombarda (nome que o hospital tinha quando foi fundado, em 1848).

No site My Heritage, onde já tinha, sem sucesso, tentado encontrar Manuel, constato, também, como foi, entretanto, adicionado à família Avelar, juntamente com a fotocópia do passaporte brasileiro, que ficou no Bombarda, e que reencaminhei para os seus familiares. Manuel e a sua fotografia com porte distinto consta agora da genealogia virtual da família onde surge como “capitão de longo curso”.

Caligrafia trabalhada

“Cabelo muito grisalho, quase todo branco. Abundante. Barba forte e cerrada. Bigodes abundantes. Sobrancelhas mediantemente guardadas.” É por acaso científico que esta descrição tão viva de Manuel sobreviveu. É de quando foi internado no Bombarda, com 51 anos, a 5 de Julho de 1934.

A recolha do mais variado tipo de dados corporais, desde as medidas do crânio, até à quantidade de pêlos, era, à época, considerados relevantes nas observações clínica a doentes mentais. Nessa altura, acreditava-se que a loucura também estava no corpo.

O psiquiatra alemão Ernst Krestschmer tinha classificado os corpos em quatro e encontrado nessas tipologias supostos traços reveladores de temperamento e de predisposição da pessoa para certas doenças mentais, explica Diogo Telles Correia no seu livro *As Raízes do Sintoma e da Perturbação Mental*. É uma teoria nunca confirmada pela ciência, mas que era popular no tempo de Manuel. O capitão seria um homem frágil, magro e pouco musculado, o que leva a que classifiquemos o seu corpo como de tipo “leptossómico”, o que faria dele pessoa tímida e preocupada, e propensa para a esquizofrenia.

Dentro do hospital, os médicos passam a chamar ao “assunto”, à “questão”, ao “caso”, que preenchia as cartas de Manuel, “delírio de reivindicação fantástico”. Manuel reclamará, até ao final dos seus dias, o dinheiro que julga que lhe é devido pelo seu excepcional desempenho a bordo do navio *Angra*. Dentro do hospital a quantia inicial vai crescendo, porque passa a incluir nas suas complicadas contas juros de mora, incluindo do tempo em que já está no Bombarda.

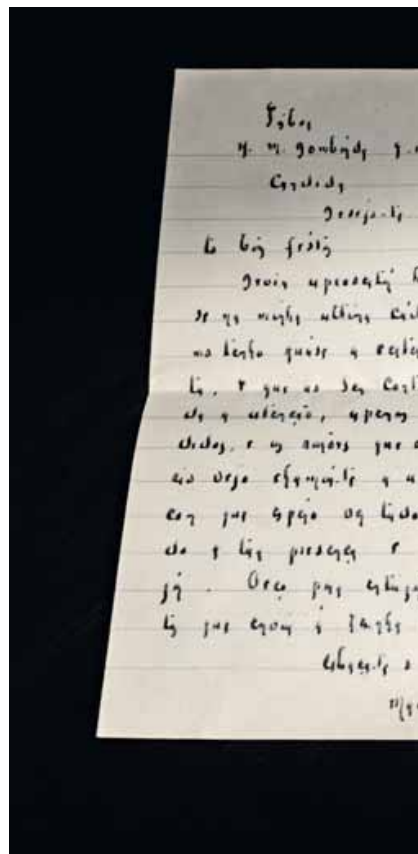
Considera-se que o capitão sofria de “parafrenia fantástica”. “Para”, palavra de origem grega que significa “ao lado”, e “frenia”, o mesmo que “pensamento”. Neste subtipo da doença (existem quatro) produzem-se “ideias delirantes grandiosas.”

“A natureza progressiva e a gravidade desta perturbação” levam os médicos da altura a recomendar às famílias “a institucionalização como tratamento, a par do fornecimento de ‘ocupação estável’ e de esforços para a preservação da personalidade”, explica-se no livro *Parafrenias*. A maleita desapareceu das classificações actuais de doença mental e é hoje englobada na esquizofrenia.

A caneta de tinta permanente

Na lista de objectos com que entrou no hospital foi-lhe devolvido um, quase um ano após a sua entrada. Manuel deve ter insistido muito – é uma caneta de tinta permanente.

Vai dar-lhe muito uso. O seu processo clínico é uma continuação dos objectos que ficaram na caixa: são mais cartas. Muitas mais. As que



escreveu de São Martinho do Porto têm poucas páginas, as que escreve do hospital são longuíssimas missivas: 126 folhas de prosa.

Aqui, a sua caligrafia é mais trabalhada, as letras mais bem desenhadas, talvez porque queria que o seu “assunto” fosse perfeitamente legível para estranhos. Porque agora já não escreve ao tio, ao primo, ao advogado, interpela sobretudo os que o governam no hospital, naquele que se tornou o seu pequeno país.

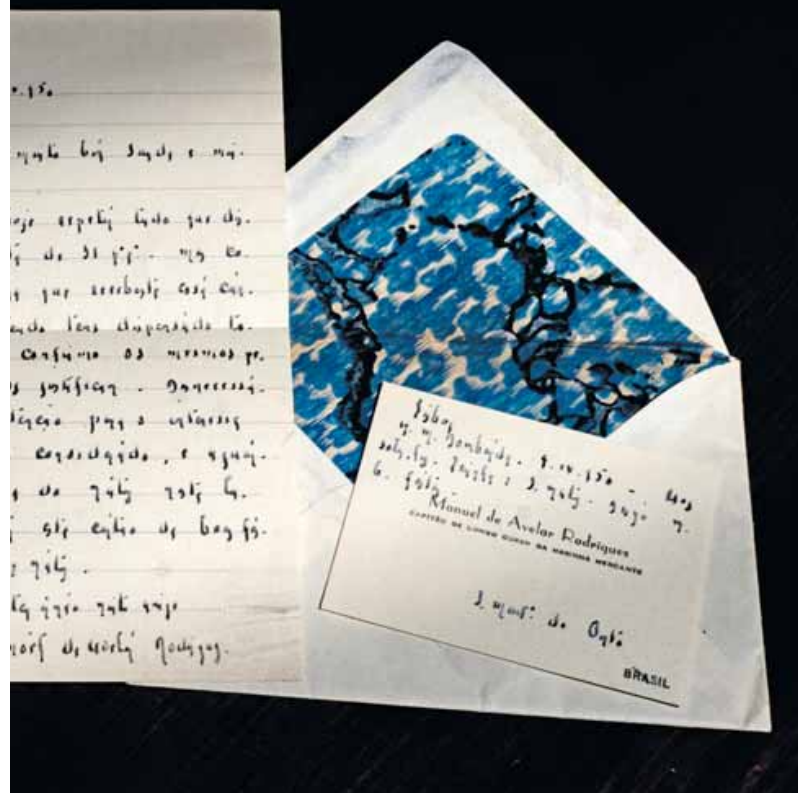
“Ao Exmo. Dr Rafael Ribeiro, director adjunto do Hospital Miguel Bombarda”, “Ao Dr Frazão, chefe de enfermaria do Hospital Miguel Bombarda”, “Ao Exmo. Dr Almeida Amaral, Director do Hospital Miguel Bombarda”.

Terá alguma das suas cartas sido lida pelos seus destinatários? “Peço a sua valiosa interferência.” “Na última carta que escrevi a V. Exa. com o propósito de animar o meu pedido.” “Confirmo o pedido que fiz nas cartas que dirigi a V. Exa.” “Não tive ainda o prazer de ver considerado o pedido que fiz a V. Exa.” “Razões superiores à minha vontade obrigam-me hoje a repetir o pedido que fiz quando V. Exa. tomou posse do alto cargo que ocupa neste hospital.”

“Apenas disparates”

O historiador inglês Roy Porter no livro *A Social History of Madness – Stories of the Insane* explica como, durante muitos anos, pouco importou aos médicos “o discurso dos loucos”, o que diziam. Quando escreviam, a psiquiatria partia do pressuposto de que as suas palavras não tinham significado. Os loucos eram loquazes, “mas o que pronunciavam eram apenas disparates, não era de facto comunicação”.

No final do século XIX acreditava-se até que o acesso dos doentes a caneta e papel “sobrecitava” e por isso lhes era vedado. Ao mesmo



tempo, pensava-se que era “terapeuticamente desejável que os doentes não falassem de si mesmos”. Numa era pré-psicanalítica, a loucura era também doença dos que falam demais. Além do isolamento físico, nos manicômios eram criados vários obstáculos à comunicação. Roy Porter cita um doente irlandês: “Vocês roubaram-me a linguagem.”

Manuel é ouvido. Uma observação clínica refere que o doente se deita tarde porque fica a falar com “o pessoal enfermeiro”. E do processo clínico constam 46 páginas dactilogradas pelo hospital onde se nota que Manuel teve oportunidade de expor a sua história ao pomenor.

O principal objectivo era tentar destrinçar o que, no relato da viagem no Angra, seria verdade ou confabulação. Deram-se até ao trabalho de pedir a opinião de um capitão da marinha mercante que “confirma os factos de ordem técnica que se encontram no exame psíquico.” Admite-se que haja no delírio “incorporação de factos reais”.

Reconhecem no seu discurso “memória intacta”, “rigor matemático”, “explicações técnicas perfeitamente plausíveis e adequadas”. O que não retira o essencial: “Na última viagem que fez (a do Angra) o doente já devia ter perturbações mentais.” “O barco do desastre” é tido como “o motivo desencadeante do delírio”.

O psiquiatra Nuno Borja Santos, autor do livro *Parafrenias*, diz que “uma situação de stress pode precipitar uma doença”, mas “é a gota de água – já lá está latente”. “Quanto a causas, em muitos doentes nunca se encontra uma.”

Cada uma das suas longas cartas tem um destinatário muito preciso. Mas o hospital não as via como veículos de comunicação. Os seus escritos foram arquivados no seu processo clínico

Cartas por entregar

Uma prima de Manuel encontrou no espólio fotográfico familiar uma imagem do capitão quando era jovem (página anterior, em cima); em baixo, os pais de Manuel. No processo clínico do Bombarda há várias cartas endereçadas aos responsáveis do hospital, mas uma delas destinava-se à irmã. Nunca foi enviada

nico como manifestações da doença – provas do seu “delírio narrativo” e da forma como o elabora com “fluidez e prolixidade”, como refere o médico alemão Emil Krapelin, que primeiro descreveu a doença com que Manuel foi classificado, citado no livro *Parafrenias*, de Nuno Borja Santos.

Entre o rol de cartas há umas poucas, muito menos, para fora do hospital. Ainda escreve a um sobrinho pedindo-lhe, por duas vezes, que venha ter consigo: “Com a urgência possível manda-me uma gabardine e um chapéu e dinheiro para despesas. Aguardo a tua presença.” Nenhuma destas cartas foi expedida.

Hoje, nota Nuno Borja Santos, isso seria “considerado eticamente pouco correcto”. Se uma carta de uma pessoa com doença mental está bem endereçada e tem um destinatário real deve ser mandada.

Leio como Manuel é descrito como “um sujeito calmo, correcto, delicado”, referências que parecem elogiosas, mas que são importantes sobretudo porque o tornam “um doente de fácil assistência”, dos que não fazem ondas.

Apontam a sua “lucidez de consciência” e notam como é um homem que mantém intacto

o mundo exterior. Manteve no seu espólio quatro recortes de imprensa, sem data. Não sabemos se o que interessava mais era o “O vice-presidente da Dieta Prussiana deixou o

partido populista” ou o “O alfabeto latino vence nas línguas do oriente” ou a distribuição de pelouros na câmara das Caldas da Rainha. O mesmo artista-doente do livro terá oferecido a Manuel o perfil do seu rosto que o capitão guardou nos seus objectos. Leal Zêzere descreve-o nesta data: “Cabelos abundantes com risco ao lado, bigode bem aparado, nariz adunco, rosto exalando melancolia... Os olhos longínquos, presos ao mar revolto.”

Olhos presos ao mar revolto

A mente arranja maneiras de se defender. A saúde e a doente. Depois de vários anos de hospitalização – morrerá aos 80 anos de trombose cerebral depois de 30 anos internado –, o pensamento de Manuel vai urdindo explicações para tão “longa permanência neste lugar”, como prefere chamar ao seu internamento. Na parafrenia fantástica alguns autores apontam aos doentes “descarrilamento do pensamento”. O pensamento como um comboio que sai das linhas.

Manuel de Avelar Rodrigues lembra a quem escreve que está ali no “Hospital Bombarda” “a convite”, enquanto aguarda que lhe resolvam, de uma vez por todas, a sua questão. Porque ali e não noutra sítio? A mente de Manuel coloca o hospital sob a alçada do Instituto de Medicina Legal porque o que o move é, ao fim ao cabo, uma questão legal: receber “a gratificação” que lhe é devida pela “notável viagem do Angra.”

Lastima nas suas cartas que possa passar para fora a “ilusão” de que ele “é doente, como os outros”, diz-se “perfeitamente humilhado”. Lamenta ainda ter de continuar a aguardar pela resolução do seu problema, depois de tantos anos (tem perfeita noção da passagem do tempo), “em absoluto e prejudicial desconforto”. São palavras escritas em 1953, estava no hospital há 19 anos.

A resolução do seu problema – receber a importância que lhe é devida pelos serviços prestados no Angra – surge ainda como possibilidade. Manuel apenas aguarda. Anos e anos.

Fala da sua estadia no hospital quase como um hotel onde está temporariamente hospedado e onde as instalações não lhe agradam, de todo. E de onde escreve e vai respondendo a perguntas. “Quais eram os seus desejos mais dilectos?” “Receber o cheque e pôr-me a andar daqui para fora.”

Tem o estatuto de pensionista (a maioria dos doentes são “indigentes”), dado aos doentes cuja família pode pagar. Leio no seu processo como, cerca de dois meses depois de ter sido admitido, ao contrário do que acontecia com outros doentes, lhe devolveram também as suas roupas: “1 par de botas, 1 calças, 1 camisas de dia, 1 bengala, 1 casaco, 1 par de ceroulas, 1 chapéu, 1 cinto, 2 colarinhos, 1 gravata, 2 lenços de algodão, 1 par de peúgas.”

Um dos cartões que guardou consigo é de um alfaiate das Caldas da Rainha. “Pereira Brazão – Símbolo de elegância. Alfaiate – Mercado. Camisaria. Chapelaria. O melhor sortido em fazendas nacionais e estrangeiras para fatos de homem.”

Leal Zêzere, um antigo doente do Bombarda que escreve o livro *Cento e vinte dias no Bombarda a viver entre os Loucos*, cruza-se com ele, em 1955: é, de todos os 45 doentes desenhados “por um doente mental” incluídos na obra, o que surge com o ar mais ilustre, com o que parece uma espécie de robe com debrum escuro. Manuel tem desenhado, atrás das costas, um jornal, sinal de que lhe continua a interessar o mundo exterior. Manteve no seu espólio quatro recortes de imprensa, sem data. Não sabemos se o que interessava mais era o “O

partido populista” ou o “O alfabeto latino vence nas línguas do oriente” ou a distribuição de pelouros na câmara das Caldas da Rainha.

O mesmo artista-doente do livro terá oferecido a Manuel o perfil do seu rosto que o capitão guardou nos seus objectos. Leal Zêzere descreve-o nesta data: “Cabelos abundantes com risco ao lado, bigode bem aparado, nariz adunco, rosto exalando melancolia... Os olhos longínquos, presos ao mar revolto.”

Envelope fechado

Descubro no maço de cartas escritas por Manuel um pequeno envelope em branco, ainda fechado, tem a marca de um selo descolado. Peço autorização para o abrir.

O ideal seria, para não o danificar, talvez usar uma chaleira a vapor, como se vê nos filmes, mas, à falta dela, sugerem-me que coloque a parte triangular do envelope sobre o aquecimento central da biblioteca, para que o calor vá desunindo as duas faces do envelope, como um bivalve quando o colocamos ao lume.

Ao fim de algumas horas ao calor, o envelope deixa-se abrir. Além de Manuel, sou eu, até hoje, a única que lhe lerá as palavras, 69 anos depois de as ter escrito.

No topo da carta escreveu a morada completa do destinatário, rua e número de porta. É uma carta à irmã que o internou, de 9 de Abril de 1950, 26 anos depois da viagem no Angra. Fala-lhe do seu “assunto”. “Aguardo a tua presença. Abraça-te o teu irmão muito amigo.”

Mas o que mais impressiona é o pequeno cartão que juntou às palavras. Como se fosse um estranho e se estivesse a apresentar à irmã, ou se estivesse a lembrar a si mesmo quem continua a ser – É um cartão-de-visita: “Manuel de Avelar Rodrigues – Capitão de longo curso.”

O sobrescrito comove-me, não pelo seu conteúdo, porque pouco varia do das cartas, mas porque nunca foi mandado. É a metáfora de um Avelar encerrado dentro de si mesmo, às voltas e voltas, num discurso que se repete e repete, em remoinho. Mesmo que já não esteja ninguém à escuta.

A quatro anos da sua morte, a 16 de Março de 1960, estava no hospital há 26 anos, escreve-se: “Está lúcido e orientado no espaço e no tempo. É difícil de compreender o que diz dada a tonalidade da sua voz.” Manuel tornou-se, com o passar do tempo, inaudível.

Ao hospital interessou, de certa altura, ouvir e registar a história de Manuel Avelar Rodrigues a bordo do Angra. Percebê-la. Fazem-lhe várias perguntas. Numa delas questionam porque é que, ao invés de começar a queimar o recheio de madeira do barco, não tentou antes tentar atingir a costa mais próxima (neste caso, a Guiné).

Manuel responde, longamente, como sempre: “Porque iria sair da linha de navegação, onde não passam navios. Como o carvão não chegava até lá, podíamos mesmo estar muito perto de terra sem a podermos atingir, nem ninguém nos poder salvar, porque não levava a t.s.f [telegrafia sem fios] a bordo. Eu entraria numa região de calmaria, onde as correntes marítimas me arrastariam para outro lugar de calmaria ainda maior. Lá ficaríamos eternamente, sem ninguém suspeitar da nossa existência”.

Esta série de reportagens foi realizada com o apoio de uma Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian

No próximo domingo: A saída de Simão